

Assessoria Se Jurídica de

Secretaria de Governo

LEI Nº 768/2018, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE REPASSE A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS ARTISTAS E AMIGOS DA ARTE - ACARTE, CNPJ 10.253.697/0001-66, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICAPUÍ, RAIMUNDO LACERDA FILHO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

- **Art. 1°.** Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Cultura e Juventude, autorizado a repassar o valor de R\$ 5.432,00 (cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais), em parcela única, à Associação Cultural dos Artistas e Amigos da Arte ACARTE, CNPJ 10.253.697/0001-66, entidade declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 509/2008, de 16 de dezembro de 2008, objetivando o apoio e incentivo às atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte, especificamente às atividades artísticas e culturais das Quadrilhas Juninas "Brilho Junino" e "Noda de Caju", numa valorização dos dotes culturais da população desta Urbe.
- § 1º O valor a que se refere o caput deste artigo deverá ser empregado pela Associação Cultural dos Artistas e Amigos da Arte ACARTE, CNPJ 10.253.697/0001-66, para fins de pagamento de despesas com figurinos, adereços, coreografias e cenários;
- § 2º O valor relativo ao repasse objeto do caput deste artigo deverá ser realizado após a Prefeitura Municipal de Icapuí e a Associação Cultural dos Artistas e Amigos da Arte ACARTE, CNPJ 10.253.697/0001-66, firmarem entre si Termo de Convênio específico, acompanhado do devido plano de trabalho, observando-se os seguintes objetivos:
- I Resgatar e valorizar a cultura popular;
- II Desenvolver habilidades artísticas e culturais nas crianças e adolescentes por meio da dança e música juninas;
- III Construir espetáculo junino a fim de apresentar-se nas diversas festas juninas escolares do Município de Icapuí;
- Art. 2º A entidade beneficiária com os repasses deverá apresentar até/



Assessoria Secretaria
Jurídica de Governo

(trinta) dias após o recebimento, a prestação de contas da parcela recebida. **Parágrafo Único.** A prestação de contas deverá ser formalizada junto à Controladoria-Geral do Município e, concomitantemente, à Câmara Municipal de Icapuí, municiada de:

I – ofício encaminhando a prestação de contas;

II – extrato da conta bancária para a qual foi repassado o valor descrito no caput do art. 1°, de titularidade da Associação Cultural dos Artistas e Amigos da Arte - ACARTE, CNPJ 10.253.697/0001-66;

III – balancete das receitas recebidas e despesas pagas;

IV – cópia dos documentos fiscais e recibos, em nome da Associação beneficiada;

V – comprovante de recolhimento aos cofres da Prefeitura Municipal de Icapuí de saldo não utilizado, ou ofício solicitando a utilização do saldo.

Art. 3º Não havendo a prestação de contas, ou ainda, a glosa total dos recursos repassados, em parecer da Controladoria-Geral do Município, o convênio estará suspenso, cabendo ao Poder Executivo Municipal solicitar administrativa, e/ou judicialmente, a sua devolução aos cofres públicos.

Art. 4°. Não havendo prestação de contas, bem como a desaprovação da prestação de contas, a entidade deverá compor cadastro de entidades impedidas de realizar convênios com a administração pública municipal.

Art. 5°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, aos 21 de junho de 2018.

Prefeito Municipal